

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO EDUCADOR PAULO FREIRE

Flávio Xavier de Macedo¹

Lívia dos Reis Amorim²

Luciana Alexandre do Nascimento Silva³

RESUMO

Tematizamos nesta pesquisa as contribuições de Paulo Freire, expondo uma reflexão a respeito do pensamento teórico e metodológico do educador no âmbito da Educação do Campo, a partir de dados obtidos em pesquisa bibliográfica e documental e da análise da prática docente desenvolvida por educadores do Campo. Devido a relevância de uma compreensão do mundo imediato vivido pelos sujeitos do campo e as inúmeras contribuições a projetos de formação relacionados à Educação do Campo, o educador Paulo Freire é identificado como o grande referencial brasileiro ao tratarmos das relações entre saberes populares e científicos relacionados à Educação do Campo. Nesse sentido, entendemos a Educação do Campo como importante possibilidade para a construção de novas perspectivas para a vida do sujeito do Campo. Evidenciamos que a educação destinada ao meio rural não seja um distanciamento do campo, mas sim a melhoria das condições de vida; luta por um projeto de educação associado a um sistema agrícola que não mate a dignidade do ser humano; defesa e imposição de escola fundamentada na Educação Popular e na Pedagogia do Oprimido.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educador do Campo, Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro padece de inúmeras carências, principalmente o escasso investimento no campo educacional, elevando cada vez mais as desigualdades entre campo e cidade. É essencial um conceito educacional próprio para as escolas do campo, concretizado na organização do trabalho pedagógico, fundamentado a um conceito de educação que valorize o campo como espaço de produção de existência, possibilitando ao professor desenvolver e organizar sua prática, a fim de tornar a aprendizagem significativa para a formação dos sujeitos do campo.

¹Mestre pelo Curso de Administração da Universidade Americana-PY, flavioxavierxe10@gmail.com;

²Doutoranda pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade Americana-PY, Mestre pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade UNOESTE - SP, liviaamorimdosreis@gmail.com;

³Mestranda pelo Curso de Educação da Universidade de Brasília - DF, tialudf@gmail.com.

[...] a educação do campo não pode se desvincular de sua materialidade de origem: a luta pela terra, pela vida, por uma agricultura que contenha a cultura e o manejo sustentável dos ecossistemas e a memória camponesa de resistência, de modo que a construção do seu projeto político-pedagógico e de escola esteja orientado para a formação de sujeitos lutadores e construtores do futuro, sujeitos capazes de conhecer a realidade social contraditória e de se engajar em um projeto de transformação de seu meio e da sociedade. (FERREIRA, 2018, p. 74).

É imprescindível a concretização de práticas pedagógicas que possibilitem a comunidade escolar vivenciar a verdadeira função social da Educação do Campo, que é a de associar teoria e prática para construção do conhecimento, desenvolvendo uma formação de qualidade para os sujeitos do campo. Como aponta Amorim (2017, p. 55), “é clara a necessidade de um pensamento educacional voltado para as especificidades da educação e da escola do meio rural”.

Nas palavras de Caldart (2005, p.106), “planejar é pensar antes de fazer”, pensar antes de fazer, requer informações sobre as coisas, o mundo e a sociedade, conhecimento que nos permite realizar análise a respeito de determinado assunto de forma rigorosamente estruturada, necessária e socialmente útil. Portanto é fundamental uma Educação do Campo consolidada na formação eficaz de seus educadores.

A formação dos profissionais da Educação do Campo deve tratar dos assuntos voltados à realidade do Campo; valores, costumes e culturas. Como assevera Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) a Educação do Campo necessita ser específica e diferenciada no sentido amplo de processo de formação humana, deve produzir referências culturais e políticas para que os sujeitos sociais possam realizar intervenções em sua realidade.

Devido à relevância de uma compreensão do mundo imediato vivido pelos sujeitos do campo e as inúmeras contribuições a projetos de formação relacionados à Educação do Campo, o educador Paulo Freire é identificado como o grande referencial brasileiro ao tratarmos das relações entre saberes populares e científicos relacionados à Educação do Campo.

Segundo aponta Arroyo (2000, p. 14), a educação popular e o pensamento de Paulo Freire são capítulos fecundos no contexto da educação latino-americana, surgiram “colados à terra e foram cultivados em contato estreito com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura. Nasceram percebendo que o povo do campo tem também seu saber, seus mestres e sua sabedoria”.

Tematizamos nesta pesquisa as contribuições de Paulo Freire, expondo uma reflexão a respeito do pensamento teórico e metodológico do educador no âmbito da Educação do Campo, a partir de dados obtidos em pesquisa bibliográfica e documental e da análise da prática docente desenvolvida por educadores do Campo.

Reiteramos a recomendação de Paulo Freire de que cada um de nós possui conhecimento para contribuir de alguma forma para uma educação democrática e transformadora. Ressaltamos a atualidade do pensamento Freiriano, das suas contribuições para a compreensão de uma educação popular, construída pelo sujeito do Campo e não para ele. Nesse sentido, entendemos a Educação do Campo como importante possibilidade para a construção de novas perspectivas para a vida do sujeito do campo.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

É garantido ao educando o direito a uma educação de qualidade, respeitando seu aprendizado e o lugar onde vive. O Artigo 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.394/96, assegura que a Educação no Campo deverá ser adaptável às Diretrizes Curriculares, garantindo assim a identidade do sujeito do campo.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 1996).

A trajetória da Educação do Campo é resultado de um processo histórico excludente e capitalista, de lutas, avanços e retornos. Mesmo o Brasil tendo origem basicamente agrária, a Educação do Campo precisou de muita luta para conquistar um lugar no campo educacional. O que pode ser confirmado pela afirmação de Leite (2002, p. 14), sobre a educação rural no Brasil “por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária”.

No início da década de 1980, com a evolução do agronegócio, acontece uma nova compreensão no que diz respeito a educação no meio rural, vinculada às grandes transformações estruturais no campo. Movimentos sociais, principalmente o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e professores das universidades, elaboram uma proposta para definir o paradigma da Educação do Campo.

Nosso propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais. Para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2005, p. 27).

A Educação do Campo se fundamenta nos princípios da pedagogia socialista de formação humana integral e emancipatória, relacionada a um projeto histórico de transformação social que derrote a sociedade de classes. “A Educação do Campo [e no campo] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012. p. 259).

O projeto político pedagógico da escola do Campo é construído a partir da coletividade da comunidade escolar. É necessário levar em consideração aspectos que incluem, além de políticas públicas para a educação, a proximidade do professor com o aluno e sua vivência, através de situações problematizadoras, para que os currículos escolares incorporem a cultura dos sujeitos do Campo. Para Arroyo; Caldart e Molina (2004), a Educação do Campo deve desenvolver um projeto político pedagógico e uma proposta de desenvolvimento específico para as escolas do Campo.

Na percepção de uma escola do Campo, o educando deve valorizar e reconhecer sua identidade, sua cultura e sua opinião para o desenvolvimento de um sujeito político e crítico. Para Margutti; Mariano e Furlanetti, (2010, p. 3), “essa ação educativa deve ter como objetivo, desenvolver uma tomada de consciência e atitude crítica, permitindo ao aluno chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa e transformar a sua realidade”.

Os saberes construídos no contexto das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do Campo devem partir da realidade e da construção das competências concretas dos educandos, para que possam atuar de forma crítica e competente como agentes políticos encarregados pela transformação social da realidade da vida do Campo. Portanto, a Educação do Campo deve possibilitar uma formação crítica aos educandos, para que possam reivindicar e construir um projeto de desenvolvimento para o Campo.

PAULO FREIRE E SUA INFLUÊNCIA PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O educador Paulo Freire é universal, suas alegações refletem sua profunda compreensão do sentido de educação no contexto da existência social e individual do ser humano, suas obras resultam do pensar e repensar sua própria vivência, definindo o que seria autonomia. Como salienta Bogo (2013, p. 1), devido à sua simplicidade, dedicação, persistência e o empenho com que tratou a educação, Freire entrou na história para nunca mais sair, se faz presente em todas as discussões sobre a transformação da realidade.

Na década de 50, Freire elaborou uma metodologia de ensino para a alfabetização que iniciava com a leitura de mundo com o sujeito que aprende, e que também ensina, viabilizando o desenvolvimento da consciência crítica e da emancipação popular do trabalhador do meio rural. “A sua grande descoberta, já no final da década de 1950, foi que aprendemos a ler o mundo que nos cerca, antes mesmo das palavras e frases. A partir daí tornou-se o grande pedagogo, amigo e militante das lutas sociais”. (BOGO, 2013, p. 1).

Como afirmam Saul e Silva (2014) as ponderações de Freire demonstram uma proposta contra hegemônica, baseada na construção de práticas libertadoras, prestam também como denúncia e divulgação de concepções e práticas curriculares. É sempre necessário empregar as contribuições teórico-metodológicas e a prática docente de Freire para a concretização da Educação do Campo, uma educação que não se limita ao processo instrucional, que tem como base a historicidade e o processo formativo do ser humano.

[...] o pensamento de Freire, amplamente conhecido e reconhecido, enfoca um aspecto inexpugnável da educação do campo: o protagonismo da população do campo no processo educativo como condição da sua construção. Todos — docentes, discentes e comunidade — precisam estar envolvidos e articulados para pôr em andamento uma educação pensada em seus aspectos sociais, políticos e culturais, encarando sua própria realidade, não como dada, mas como elemento em constante construção e reconstrução. (ROCHA *et al*, 2018, p. 949-973).

Freire incentiva a investigação dos aspectos de resistência e de criatividade, valorizando os saberes que, na Educação do Campo, está associado à terra e sua gente. Ao sugerir uma nova direção para organização da sociedade, sem a dominação de uma classe sobre a outra, assim a cultura popular passa a significar resistência. Para Freire (2004, p. 30), “... a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, "ação cultural" para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”.

É necessário que o educador do campo compreenda as particularidades de sua realidade e apoie a luta pelas questões mais importantes de sua localidade. Caldart (2004)

ênfatiza particularidades relevantes da organização do trabalho pedagógico para construção da Educação do Campo; socialização ou vivência de relações sociais, construção de uma visão de mundo, cultivo das identidades e socialização e produção de diferentes conhecimentos.

Uma das tarefas do educador do campo é contribuir na organização do povo para que lute por seus direitos, formando os camponeses no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, nas novas relações de trabalho e na consciência política. (MARGUTTI; MARIANO; FURLANETTI, 2010, p.3).

Uma das exigências básicas para uma educação libertadora é apoiar-se na realidade, pois por meio dela os educandos podem compreender as situações de negação a que estão submetidos. De acordo com Freire a educação é o processo responsável pela humanização dos sujeitos, oprimidos e opressores, é uma ação cultural, assim deve estar associada a realidade dos seus sujeitos. “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’ e ‘ensopados’”. (FREIRE, 2007, p. 19).

Nas palavras de Antônio e Lucini (2007), tendo em vista o atendimento das necessidades das classes trabalhadoras, as argumentações de Freire, possibilitam aos trabalhadores se identificarem em seus projetos educativos, permitindo ser adequada e reinventada pelos educadores do Campo.

Conforme aponta Caldart (2003), a proposta pedagógica da Educação do Campo aparenta-se com a obra *Pedagogia do Oprimido*⁴, pois os próprios envolvidos são responsáveis por estruturar o caminho que os conduza a educação e liberdade que proporcionará sua base cultural, pois os sujeitos do campo são merecedores de uma proposta educativa emancipatória.

O EDUCADOR DA ESCOLA DO CAMPO E SUA PROXIMIDADE COM A PEDAGOGIA FREIRIANA

⁴ Obra mais famosa de Paulo Freire (1921-1997). Paulo Freire critica a chamada “educação bancária”, a educação necessita ser “libertadora”. O autor revela o debate entre a relação dialética, entre opressores em oposição à oprimidos e a importância de uma práxis que conduza a uma prática que supere tais contradições.

Entre os anos 1920 e 1945, pedagogos ruralistas já apoiavam que o desenvolvimento da escola do Campo não aconteceria sem a efetiva relação de colaboração e cumplicidade do professor com o sujeito do Campo. Conforme afirmações de Arroyo (2007), a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo requer uma formação de educadores (as) fundamentada na dinâmica social, política e cultural do campo, por meio das lutas por seus direitos, pelo direito à terra, ao território, ao modo de produção camponesa, à educação e à escola.

O educador do Campo deve considerar o contexto em que as escolas do Campo estão inseridas, a realidade de seus alunos e os conhecimentos que trazem vinculados a esse local. Portanto, sempre que possível, o educador necessita utilizar-se e/ou partir desses conhecimentos, sugerindo reflexões sobre vários temas. Cada educando traz consigo os conhecimentos e a cultura de seu meio ambiente imediato, estes saberes precisam ser apreciados em sala de aula, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2004, p. 23).

Na escola do Campo os educadores devem reconhecer o tempo social de seus alunos, incentivando novos interesses com base nos já existentes, devem dominar o conhecimento a ser transmitido, compreendendo suas diversas aplicabilidades e potencialidades, definindo os interesses existentes, tornando o tema das aulas significativo. Mesquita (2012, p. 176) afirma que “sem uma finalidade justificável ante as necessidades sociais, não pode haver verdadeira motivação para aprendizagem”.

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante. Não queremos, contudo, com isto dizer que os camponeses devam permanecer no estado em que se encontram com relação a seu enfrentamento com o mundo natural e à sua posição em face da vida política do país. Queremos afirmar que eles não devem ser considerados como “vasilhas” vazias nas quais se vá depositando o conhecimento dos especialistas, mas, pelo contrário, sujeitos, também, do processo de sua capacitação. (FREIRE, 1981, p.26).

De acordo com Orso (2016, p. 106) “... não existe didática ou metodologia que dê conta de ensinar de acordo com a PHC⁵ se o professor não dominar os conteúdos, se não tiver uma concepção clara de mundo e o compromisso com a transformação social”. A formação do profissional de Educação do Campo deve ser fundamentada na compreensão da relação presente entre terra, território e escola.

⁵ Pedagogia Histórico-Crítica

Tanto a escola quanto o educador precisam garantir o direito do sujeito do campo ao conhecimento, estando cientes de seu papel para introdução do campo no contexto da sociedade, valorizando sua cultura e diversidade, fortalecendo sua identidade e sua autonomia e colaborando para a compreensão de que existe uma complementaridade entre cidade/campo, e não uma hierarquia. (AMORIM, 2017, p. 55).

Ao planejar o seu trabalho pedagógico o educador ou educadora de uma escola do campo, precisa ter clareza sobre o projeto histórico adotado. Tal clareza evidencia novos modelos e relações de organização de seu trabalho pedagógico, propiciando subsídios para definir os objetivos e os critérios que irão direcionar sua metodologia avaliativa, dentro de uma perspectiva emancipatória para a formação humana.

Conforme afirmações de Arroyo (2000, p. 68) “... a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

[...] para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se. (FREIRE, 2007, p. 19).

Freire reconhece diferentes tipos de conhecimento. A relevância dos saberes dos alunos, suas experiências, viabiliza a comprovação das diversidades de produção e a apropriação dos inúmeros tipos de conhecimento, pois como aponta Saviani (1996), as práticas pedagógicas necessitam ter como ponto de partida e de chegada as práticas sociais. Conforme Saul e Silva (2014, p. 2069), “o conhecimento, desumanizado em nome de uma objetividade inexistente, distanciado de realidades e de práticas sociais, desqualificado de significados – torna-se inútil como elemento de intervenção e de uso social”.

A formação do educador do Campo se desenvolve na vida, na prática em sala de aula, na conquista da terra, na luta por escola, por saúde e por uma proposta de educação que atenda as particularidades do campo. Entendemos que para uma educação alicerçada na vida dos sujeitos do Campo, a formação dos educadores do campo deve levar em consideração as bases legais que destacam

[...] § 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades. (BRASIL, 2008, p. 2).

De acordo com estudo de Freire (1991, p. 80), o educador é o sujeito da sua prática, a criando e recriando através da reflexão sobre o seu cotidiano; sua formação deve ser permanente e sistematizada, pois a prática pedagógica se faz e refaz; “requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como ocorre o processo de conhecer; o programa de formação dos educadores é condição para o processo de reorientação curricular da escola”.

Nossa atitude comprometida - e não neutra - diante da realidade que buscamos conhecer resulta, num primeiro momento, de que o conhecimento é processo que implica na ação - reflexão do homem sobre o mundo. Acontece, porém, que o caráter teleológico da unidade ação - reflexão, isto é, da práxis, com que o homem, transformando o mundo, se transforma, não pode prescindir daquela atitude comprometida que, desta forma, em nada prejudica nosso espírito crítico ou nossa cientificidade. (FREIRE, 1976, p. 97).

A formação do educador acontece na relação com a vida da comunidade, compreendendo que “a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade” (FREIRE, 1976, p. 90).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo traz ao debate as concepções de campo e de desenvolvimento, constituídas pelas lutas e desafios dos diversos sujeitos que vivem no meio rural. Constitui-se em diálogo com as indagações gerais da educação, visando a concepção de ser humano e de formação humana, definindo princípios educativos que respeitem a constituição dos povos do campo, entendidos não somente como participantes, mas como sujeitos do processo.

Tanto na concepção de Educação Popular do Campo quanto nas reflexões de Paulo Freire é indispensável que a educação se conecte às culturas de seus agentes, seu modo de vida constrói a realidade social concreta e simbólica de um povo. Permeia a Educação do Campo, assim como a perspectiva de Freire, um propósito maior que somente a discussão da educação. Na Educação do Campo, assim como nas concepções de Freire, existe um movimento indispensável de luta por um projeto popular de desenvolvimento que contemple à emancipação das pessoas. Assim como aponta Freire, a Educação do Campo destaca a necessidade de as contradições básicas das situações concretas vividas por educadores e educandos estarem no centro do currículo.

É fundamental que a educação destinada ao meio rural não seja um distanciamento do campo, mas sim a melhoria das condições de vida; luta por um projeto de educação associado a um sistema agrícola que não mate a dignidade do ser humano; defesa e imposição de escola fundamentada na Educação Popular e na Pedagogia do Oprimido.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lívia dos Reis. **Educação ambiental nos assentamentos de trabalhadores rurais do município de Buritis-MG: qualificação tecnológica para preservação do Bioma Cerrado**. Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, mai./ago. 2007.

ARROYO, Miguel González. Apresentação. In: CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____.; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 65-86.

_____. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Caderno Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176. Maio/agosto. 2007.

BOGO, Ademar. O pedagogo da esperança e da liberdade. 2013. Disponível em: www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire/artigos/Ademar. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394: (LDB)**. Brasília/DF, Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. **de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

CALDART, Roseli Salette. **A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60–81, jan./jun. 2003.

_____. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília:

Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. v. 5. (Coleção Por Uma Educação do Campo).

_____. **Teses sobre a Pedagogia do Movimento.** Texto inédito, junho de 2005.

_____. **Dicionário de educação no campo.** Rio de Janeiro: Editora da Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli S. **Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro. **Educação ambiental dialógico-crítica e sua relação com a prática da agroecologia e da educação do campo no território do extremo sul da Bahia: entre o descompasso e o desafio de transformação.** São Carlos, SP, 2018. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10637>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Ação cultural para a Liberdade e outros Escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2004.

_____. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LEITE, Sérgio C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo, Cortez, 2 ed., 2002.

MARGUTTI, E. C; MARIANO, A.; FURLANETTI, M. P. F. R. A importância da Educação no Campo. 2010. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA CATEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. João Pessoa/PB, 2010.

MESQUITA, Afonso Mancuso. A pedagogia histórico-crítica e a revolução. In: BATISTA, Eraldo Leme; MARSIGLIA, Ana Carolina (orgs). **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2012.

ORSO, Paulino José. *Pedagogia Histórico-Crítica no Campo*. In: BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais**. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. p. 91-113.

ROCHA, et al. **Contribuições dos Quefazeres de Paulo Freire para a educação do campo hoje**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 18, n. 58, p. 949-973, jul./set. 2018.

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antônio Gouveia. **A matriz de pensamento de Paulo Freire: um crivo de denúncia-anúncio de concepções e práticas curriculares**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 2064-2080, out./dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Os saberes implicados na formação do educador**. Trabalho apresentando na mesa redonda “a formação do educador e seus saberes que a determinam”. IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Águas de São Pedro – SP, 30.5.1996.